

## **AOS DESAMPARADOS DE 1893: UMA DISCUSSÃO SOBRE A ORIGEM SOCIAL DA FAMÍLIA SILVEIRA E SUA ATUAÇÃO NA FUNDAÇÃO DO POVOADO DE TUPANCIRETÃ- RS (1890-1900)<sup>1</sup>**

*TO THE HELPLESS FROM 1893: A DISCUSSION ABOUT THE SOCIAL ORIGIN OF THE SILVEIRA'S FAMILY AND THEIR PARTICIPATION ON THE CREATION OF THE POPULATE TUPANCIRETÃ - RS*

**Andressa Missau Kersting<sup>2</sup> e Janaina Souza Teixeira<sup>3</sup>**

### **RESUMO**

*O presente trabalho, cujo tema é a Formação do Povoado de Tupanciretã, abrange o período de 1890 a 1900. Seu objetivo é entender o processo de formação do povoado a partir da família Silveira, dada sua importância para a criação daquele município. Serão levadas em conta questões como a disponibilidade de terras, o uso desta e os bens encontrados a partir dos inventários post-mortem dos integrantes da família, que foram localizados entre as documentações de Júlio de Castilhos e Cruz Alta. Com o auxílio da bibliografia selecionada e dos inventários acima citados, esta pesquisa construiu-se de forma a situar o leitor no contexto em que se dá a fundação do povoado de Tupanciretã, buscando-se para isto, a inspiração teórica e os conceitos de História Agrária. Deste modo, foi possível concluir que a família Silveira era representada, naquela região, por médios proprietários de terras, dedicados principalmente à pecuária.*

**Palavras-chave:** Tupanciretã, família Silveira, doação de terras, história agrária, relações sociais.

### **ABSTRACT**

This work whose theme is the formation of populate of Tupanciretã since 1890 to 1900. Its objective is understand in the process the formation of the populate than it was starting of Silveira Family. With all its peculiarities to creation that city. They are going to raise questions like the availability of land, the property brought and the used since

<sup>1</sup> Trabalho Final de Graduação - TFG.

<sup>2</sup> Licenciada em História - Centro Universitário Franciscano.

<sup>3</sup> Acadêmica do Curso de História - UNIFRA.

post-mortem inventories of Silveira family than they was localized between the documentation of Júlio de Castilhos and Cruz Alta. The selected bibliography and the inventory auxiliared the construction of the work. They situated the reader in the context of fundation of populate of Tupanciretã and they searched for this the theoretical inspiration and the agrarian history concepts. Like this was represented, in this region, for mediu farmer than dedicated mainly the livestock farming.

**Key words:** Tupanciretã, Silveira family, donation of land, agrarian history, social relations.

## INTRODUÇÃO

O objetivo de nosso estudo compreende a fundação do povoado de Tupanciretã, no período de 1890 a 1900, a partir da doação de terras feita pelo Major Antonio José da Silveira, que era proprietário da fazenda da qual foram desmembradas as terras que originaram o atual município de Tupanciretã. Alguns anos atrás, soube-se através de memorialistas e mesmo através de fontes orais que o município tivera essa origem, porém não se sabia ao certo quais as razões para que este cidadão tivesse determinada atitude. Algumas obras afirmam como sendo o motivo da doação, o abrigo às pessoas desamparadas que ficaram sem condições de moradia após término da revolução de 1893 (ORNELLAS, 1934). A partir de então se intensificou a procura para certificar-se ou não desse argumento.

Em nosso texto optamos por não apresentar de forma dissociada o referencial teórico, pois entendemos que este exerce seu papel ao orientar o tratamento com as fontes e os dados que encontramos. Entendemos que, em História, a teoria não se distingue do empírico pela própria natureza da ciência Histórica. O texto do historiador por não ser um texto objetivo, busca no referencial teórico o respaldo para o trato com o próprio objeto escolhido. A definição dos objetivos, a escolha das fontes a percepção dos dados depende do referencial teórico. Desta forma, este se apresenta diluído ao longo do texto. As análises sobre a História Agrária, no Brasil, foram as principais inspirações no campo teórico e metodológico para esta pesquisa. Foi a partir destas que definimos os aspectos relativos ao ambiente rural de Tupaciretã que buscaríamos no desenvolvimento desta pesquisa.

As fontes documentais que utilizamos foram os inventários post-mortem, as quais se encontram no Arquivo Público do Estado do Rio Grande do Sul (APERS), documentação esta referente ao poder judiciário. Os inventários selecionados pertencem ao município de Júlio de

Castilhos e Cruz Alta, uma vez que primeiramente a área que originou o povoado pertencia a ambas as municipalidades.

É neste sentido que se orienta esta discussão, porém, com uma maior análise em relação à participação da família Silveira no universo que propiciou a instalação do povoado de Tupanciretã em finais do século XIX, na região do Planalto Médio Gaúcho.

Num primeiro momento a pesquisa trata do cenário gaúcho no período abordado entre 1890 a 1900, levando em consideração a revolução de 1893, contexto que permeia a fundação do povoado, assim como a questão da lei de terras de 1850, a qual nos fornece as condições jurídicas em relação ao uso da terra.

A seguir apresentaremos a formação do Povoado de Tupanciretã e a forma como se constitui a partir das terras destinadas para sua edificação, além das relações geradas no espaço rural, considerando a influência dos Silveira.

A terceira parte trabalha a questão das fontes primárias, através de amostragens feitas pelos inventários post-mortem de integrantes da família Silveira sobre a origem do povoado de Tupanciretã, levando em consideração os propósitos desta família e a influência de alguns dos seus membros na fundação do mesmo.

## **O RIO GRANDE DO SUL NO FINAL DO SÉCULO XIX**

A fim de situar nosso recorte espaço-temporal, entendemos que é indispensável considerar o Rio Grande do Sul do final do século XIX. Para discutirmos a formação do universo rural de Tupanciretã fez-se necessário entender elementos da política, da economia e da sociedade rio-grandense do século XIX, sobretudo nas últimas décadas. Para isto, precisaremos levar em conta um período anterior ao nosso recorte.

Conforme Kühn (2002), a região do planalto gaúcho exerceu papel de destaque na pecuária no final do século XIX, ela passou a ser ocupada com maior intensidade pelos lusos-brasileiros, que recebiam a terra por meio de concessão de sesmarias que eram obtidas devido às vitórias alcançadas nos diversos conflitos, por seus mais destacados combatentes. Antes de se entender as formas como isto se processava no final do século XIX, fez-se necessário ressaltar que fazia parte de uma tradição, já presente no Rio Grande do Sul, desde a formação da sociedade colonial, a qual a coroa portuguesa gratificava seus chefes militares pelos serviços prestados e as condições geopolíticas de uma área de ocupação tardia e estratégica para os interesses comerciais portugueses permitiram que os militares desfrutassem de privilégios na ocupação da terra. Eles eram recrutados para o serviço de guarnição de áreas tão

disputadas durante boa parte ainda do século XIX e à medida que se tornassem proprietários de terras na área fronteiriça com os domínios espanhóis, comprometiam-se duplamente com a defesa do território.

A tomada das Missões em 1801 tornou Cruz Alta e Passo Fundo centros fundamentais de ocupação e distribuição do território entre os comandantes do exército (KÜNH, 2002). Isto, sem dúvida deve ser considerado para o entendimento de nosso objetivo.

Tupanciretã, a qual se destina nossa pesquisa, localiza-se na região do planalto gaúcho. Primeiramente ela constituiu-se em uma fazenda rural de propriedade do Major Antônio José da Silveira. Pelas palavras de Costa (1991), o povoado de Tupanciretã, segundo distrito, pertencia aos municípios de Vila Rica, hoje Júlio de Castilhos, e também ao município de Cruz Alta. A divisa era a atual Avenida Vaz Ferreira, hoje a avenida principal de Tupanciretã. Em meados de 1905, ambas as municipalidades chegam a um acordo e Cruz Alta cancela sua pretensão com relação ao povoado, a partir de então Tupanciretã fica distrito apenas de Júlio de Castilhos (COSTA, 1991).

O mapa da figura 1 ilustra os municípios existentes no ano de 1900, onde podemos identificar o município de Vila Rica, a região assinalada no mesmo identifica a localidade que seria Tupanciretã posteriormente.



Figura 1 – Municípios do Rio Grande do Sul em 1900.  
Fonte: Netto, 2002, p. 55. (Apud ZARTH, 2002).

Para se entender o RS do final do século XIX, escolhemos aqueles pontos que também são de suma importância, como o acesso à terra, antes da Lei de Terras de 1850 e, a partir desta, principalmente aqui no RS, devido aos vários conflitos militares travados, a prática de conceder sesmarias como prêmio pelas conquistas era comum e também por indicação de algum militar influente, conforme já nos referimos. Um exemplo desta região,

(...) é o Tenente-Coronel Joaquim Thomas de Silva Prado, que declarou ao mesmo Registro Paroquial, em 1855, a extensão de 39.200 hectares, obtidos por “despacho de concessão do comandante da fronteira, Cel. João Palmeiro em 4 de abril de 1825 (ZARTH, 2002, p.62).

Outro mecanismo de acesso seria a própria posse onde o indivíduo se instalava em determinado local e passado algum tempo se considerava proprietário (ZARTH, 2002). Por este meio de aquisição de terra via-se facilitada um pouco a vida das pessoas menos abastadas e influentes que era o caso dos lavradores nacionais. Estes muitas vezes tiveram seu papel esquecido neste contexto e tinham um difícil acesso ao mercado de terras (FARINATTI, 1999). Pois, eles que eram desprovidos de capital financeiro, tinham a simples posse como meio de aquisição de terras. O que, com o cumprimento da lei de 1850 se tornaria mais difícil.

[...] a sesmaria é o latifúndio, inacessível ao lavrador sem recursos. A posse é pelo contrário –ao menos em seus primórdios –a pequena propriedade agrícola, criada pela necessidade (...) e era igualmente o triunfo do colono humilde, do rústico desamparado sobre o senhor de engenhos ou fazendas. (...). (CIRNE LIMA, apud ZARTH, 2002, p.47)

O governo Imperial e alguns proprietários de terras da região sul não concordavam com o acesso destes a terra e, quase como forma de estagnar tal processo, regulamentou-se a Lei de Terras de 1850, pela qual só se podia adquirir terra pela compra e, como o próprio autor menciona, tornava o acesso à terra um “processo excludente”. Por outro lado sabe-se que a lei de 1850, só teria seu valor na íntegra para os mais pobres, uma vez que os grandes proprietários de terras encontravam meios ilícitos para adquiri-la, a citação abaixo é um exemplo conhecido a este respeito: “... Barão do Ibicuy, que legitimou cinco sesmarias de terras (cerca de 65.000 ha) em Cruz Alta, enquanto pela lei poderia adquirir apenas uma...” (ZARTH, 2002, p.78).

Mais que simplesmente dificultar o acesso a terra pelos setores

sociais tidos como inferiores pela elite, a Lei de Terras de 1850 também tinha como propósito à regulamentação de sesmarias e posses, tornando-os por vias legais proprietários de fato, seus possuidores, e ainda ter como se certificar de quantias de terras disponíveis, ou seja, do poder do Estado para disponibilizar à política de imigração (SILVA, 1996).

A prática de suborno também era bastante comum após 1850. O próprio Barão, anteriormente citado, passou para as mãos do juiz comissário a singela quantia de 400\$000 réis para encobrir o registro das quatro sesmarias a mais. Com relação a essas práticas de corrupção, Zarth (2002), coloca que o próprio presidente do Estado do Rio Grande do Sul, em 1889, Júlio de Castilhos denuncia que era preciso “estancar as fraudes e usurpações que estavam ousadamente desfalcando o patrimônio territorial do Estado” (SECRETARIA DA AGRICULTURA DO RS, 1961, apud ZARTH, 2002, p.78). O mesmo autor ainda argumenta, nas palavras de Roche (apud ZARTH, 2002), que entre os anos de 1854, data da regulamentação da Lei de Terras de 1850, a 1889 milhares de hectares de terra foram privatizadas por particulares de forma fraudulenta.

Na prática, sabe-se que a Lei de Terras não surtiu o efeito a que se destinou. Muitos sesmeiros e posseiros não efetivaram a regulamentação de suas terras, as invasões das terras devolutas continuaram e muitas delas nem se davam pelo fato de se ter um pedaço de terra para produzir, mas para vender aos pedaços e com isso gerar lucro obtido às custas de uma terra imprópria para venda, que ocasionou vários conflitos familiares e crimes. Sem falar se sua ineficiência quanto ao aparelho burocrático no que se refere a regulamentação destas terras, a falta de funcionários também inviabilizou o processo e quando se dispunha destes, muitos não tinham experiência nenhuma (SILVA, 1996). O que se pode verificar na citação a baixo:

Nos (...) municípios de São Martinho e Cachoeira, onde atualmente a mencionada comissão procede idênticos trabalhos, os proprietários de terras se recusam medi-las, com o fim de não estando determinadas às divisas dessas terras, poderem, simulando ignorância, invadir os matos a elas contíguas, com prejuízo do Estado. O mesmo se observa nos demais municípios (SILVA, 1996, p.200).

No campo político, remetemo-nos ao período em que se localiza nosso objeto de estudo. Temos o fim da monarquia e a instalação da república. Com o golpe militar de 15 de novembro de 1889 subiu ao poder um novo partido, o Partido Republicano Rio-Grandense (PRR), possuindo em sua formação indivíduos oriundos do latifúndio pecuaris-

ta e setores médios urbanos (KÜNH, 2002). Este partido adotou como ideologia o Positivismo, porém, de maneira não ortodoxa. Esta corrente possuía uma visão progressista, mantedora da ordem e do desenvolvimento, lado a lado com organização e competência, que eram princípios positivistas de que para haver progresso deveria existir ordem.

O novo regime aqui no Rio Grande do Sul, repercutiu como uma forma de governo autoritária, centralizada na figura de um chefe político. Porém este novo governo teve que enfrentar a oposição, que se consolidou na Revolução Federalista (1893 a 1895), que serviu de palco e deu suporte para todo desenrolar de nosso objeto de estudo. A oposição constituía-se de ex-liberais, ex-conservadores e também alguns republicanos dissidentes que estavam reunidos no Partido Federalista comandado por Gaspar Silveira Martins. Os republicanos por sua vez, consolidados na figura de Júlio de Castilhos, contavam com o respaldo do exército brasileiro, apoiado pelo presidente Floriano Peixoto (KÜNH, 2002).

Ao subir ao poder, o partido republicano, que sustentava um discurso contrário à qualquer tipo de privilégio, deu início ao seu projeto político, que era justamente oposto ao pacto imperial e que privilegiava os grandes estancieiros da fronteira sul. Surgiram a partir de então as divergências, até se chegar à luta armada definidas por duas razões: presidencialismo versus parlamentarismo e maior autonomia para o poder local em relação ao Estado (FÉLIX, 1996).

Kühn (2002) argumenta ainda que os vestígios desta revolta foram a afirmação dos republicanos no poder, através da liderança de Castilhos e mais tarde de Borges de Medeiros, o qual ainda modificou o apoio ao governo, que na época do império era sustentado por pecuaristas da região da campanha e agora se transferia aos estabelecidos na região litorânea e da serra, profissionais liberais, comerciantes e funcionários públicos urbanos (KÜNH, 2002). Percebe-se aqui a questão do desenvolvimento, onde se deixava de contar exclusivamente com o apoio do campo e passava-se a usufruir de outros setores da sociedade, passando uma idéia de maior esclarecimento com relação ao novo regime.

Na obra *Coronelismo, borgismo e cooptação política*, Félix (1996), discute a trajetória política do Rio Grande do Sul no período abordado, dando ênfase à importância do apoio das lideranças locais, principalmente no planalto gaúcho que servia para a concretização e manutenção, obviamente enquanto fosse possível, da república sob o comando de Castilhos e Borges de Medeiros.

O que ocorreu na transição do século (...) foi uma alteração do eixo de importância em relação ao poder central do Estado, quando da

preeminência do coronel da fronteira, da campanha, típico do século XIX, passou-se para a preeminência do coronel serrano do Planalto, sustentáculo do poder do PRR até a reação de “retomada” que representará a Revolução de 1923 (FÉLIX, 1996, p.62).

A república que disseminara uma política de participação do povo acabou por continuar a deixar de lado os mais interessados nesta mudança à população em geral. O autoritarismo imposto decapitou a ilusão de transformação da sociedade com o novo regime (PICCOLO, 1998).

### **A QUEM QUEIRA EDIFICAR: A FUNDAÇÃO DO POVOADO DE TUPANCIRETÃ (1890 A 1900)**

A frase que dá início ao título acima é um fragmento do documento de doação das terras destinadas ao povoado de Tupanciretã, feita pelo Major Antonio José da Silveira, deixando claro, que poderiam ocupar a área qualquer pessoa que tivesse a intenção de construir moradia. Nota-se um claro interesse em fixar a população nesta localidade.

A fim de entendermos o meio geográfico que envolveu nosso objeto de estudo, faz-se necessário compreender a formação histórica de Tupanciretã, como era chamada no momento de sua fundação e para isto é importante entendermos as origens históricas da população que, posteriormente, constituiu este universo.

Com a expulsão dos jesuítas pelas coroas Ibéricas em 1768 e a tomada das missões pelo governo Português em 1801, os indígenas que ainda permaneceram nas imediações dos atuais municípios de Júlio de Castilhos e Tupanciretã se viram deixados à própria sorte e acabaram por abandonar a região e as terras das estâncias jesuíticas de Santo Antônio e São Pedro, pertencentes ao antigo povoado missioneiro de São Lourenço (COSTA, 1991), que foram incorporadas aos nacionais (ORNELLAS, 1934). Isto por ocasião da lei de 1843, que pode ser entendida como uma proposta elaborada para discussão acerca da lei de terras onde a mesma apresenta a questão da passagem das terras devolutas para o domínio dos estados (SILVA, 1996). Por esta lei “os proprietários teriam que efetuar a medição e demarcação das suas terras e registrá-las dentro de um prazo de seis meses” (SILVA, 1996). Ao término deste período de seis meses conforme a mesma autora, não ocorrendo à ordem acima, poderiam ser aplicadas multas e dado um prazo maior de seis anos para as devidas demarcações e registros. Caso contrário, as terras seriam passadas a “nação” como terras devolutas.

Segundo Ornellas (1934), alguns indivíduos que se diziam pro-



prietários da antiga fazenda jesuítica, não concordavam com a proposta de 1843 e solicitaram seus direitos junto ao advogado Hemetério José Veloso da Silveira, o qual obteve resposta positiva ao que defendia. A sociedade que havia sido feita, por ocasião da reivindicação de seus direitos, entre João Nunes da Silva e Alexandre Jacinto da Silva na aquisição da fazenda mencionada anteriormente se desfez em 1857. Após algum tempo de abandono os herdeiros de João N. da Silva repartiram-na e a venderam à diversos compradores (ORNELLAS, 1934).

A fim de entendermos a origem social da família Silveira, mapeamos nosso levantamento de fontes a partir dos integrantes da mesma no período em estudo e que determinaram mais diretamente a formação de Tupanciretã. Entendemos que assim conseguiremos elementos que auxiliam na percepção das condições de acesso a terra neste contexto. A partir do entendimento da formação social e política do Rio Grande do Sul é indiscutível a existência de privilégios concedidos, muitas vezes, em função de cargos ocupados e posições político-partidárias mantidas. Entendemos que dados biográficos de alguns integrantes da família Silveira servem como material para o entendimento do que pretendemos.

Antônio José da Silveira nasceu em 23 de maio de 1825, nas proximidades de São Francisco de Assis, sendo batizado em 9 de julho de 1826 no Curato do povoado de Santa Maria da Boca do Monte. Segundo Helio da Fontoura (apud SILVEIRA, 1994), teria sido trazido por sua mãe, Ana Maria de Jesus, por volta de 1835-36, para uma propriedade que hoje é a fazenda da Vista Alegre, na margem esquerda do rio Toropi, no atual município de Júlio de Castilhos. Uma possível explicação para esta mudança seria o fato de Agostinho Soares da Silva e seu irmão Matheus Soares da Silva<sup>4</sup> residirem, na época, nas proximidades de Santa Maria. A mulher de Agostinho era tia de Albino da Silveira, pai de Antônio José da Silveira, ou seja, tia avó de Antonio José da Silveira (SILVEIRA, 1994).

Em 1893, o Rio Grande do Sul serviu de cenário para a Revolução Federalista. Tupanciretã, nesta época era uma propriedade rural destinada à criação de gado pertencente ao então major Antônio José da Silveira.

Coincidência ou não, já nestes anos os trilhos da via-férrea que unem o Rio Grande do Sul a São Paulo haviam alcançado a Estância de Antonio José da Silveira (inaugurada em 20 de novembro de 1894), ficando na região o local conhecido como Ponta dos Trilhos. Por esta época, Tupanciretã era o segundo distrito de Cruz Alta. O traçado fer-

---

<sup>4</sup> Segundo Costa (1991), seus nomes corretos deveriam ser Silveira Soares.



Nota-se a importância da estação de Tupanciretã, considerando ser o caminho até a estação de Marcelino Ramos, norte do Estado.

Apareciam os primeiros ranchos, ou seja, as primeiras casas à margem da estrada que cortava Tupanciretã pelo meio, de um lado Vila Rica elevada à categoria de município desde 14 de julho de 1891 e hoje Júlio de Castilhos (COSTA, 1991), e do outro lado Cruz Alta.

Conforme Manoelito de Ornellas, o então dono de quase todas as terras entre os dois municípios e considerado por alguns memorialistas, como Manoelito de Ornellas, único cidadão republicano da região, teria percebido “inteligentemente” (1934) que daqueles dias em diante Tupanciretã tendia a um desenvolvimento promissor.



Figura 3 – Malha Ferroviária do Rio Grande do Sul em 1910.  
Fonte: Cardoso e Zamim, 2002 p. 23.

O passo seguinte seria pedir a seu agrimensor, Antônio Edler, para fazer o levantamento da área destinada à povoação que foi realizada a 28 de dezembro de 1894.

Motivados a amparar os sobreviventes da revolução de 1893, o casal Antônio José e Constância da Silveira, em documento particular, em 30 de março de 1895, doavam à municipalidade de Vila Rica (Júlio de Castilhos) um terreno num total de 17,5 hectares (176.182 metros quadrados), divididos em 54 lotes, formando quarteirões separados por ruas. Os lotes 53 e 54 foram reservados ao então “doador” para fins de edificações futuras. Seriam doados outros 52 lotes, “Que atendendo a tanta gente, que em consequência da guerra, tem ficado sem morada certa e muitos sem meio para poder comprá-las (...), darem sem ônus

algum, além da obrigação da edificação (...), a quem queira e esteja no caso de edificar” (SILVEIRA, 1994, p.62). Da obra de Ornellas (1934), podemos extrair outra parte do documento de doação:

Assim concordes e resolvidos mandaram escrever esta declaração, que assinam de seus próprios punhos e rogam a esse Conselho que dê a devida publicidade. Tupan-ci-retan, 30 de março de 1895. Antonio José da Silveira, Constância Silveira Lima (ORNELLAS, 1934, p.84).

Antônio José da Silveira faleceu, em 22 de julho de 1899, nesta localidade, sendo, primeiramente, sepultado no cemitério dos Silveira, posteriormente seus restos mortais foram transferidos para o túmulo de seu filho, Serafim José da Silveira, no atual cemitério municipal de Tupanciretã.

No momento em que tentamos esboçar a construção da história do povoado de Tupanciretã (COSTA, 1991), também estamos trabalhando com relações pessoais, pois o processo todo gira em torno da doação de determinada família, no caso os Silveira, e junto a isso, suas relações de poder, influências políticas, econômicas e militares que cabem bem ao período em questão (1890-1900). A partir destes dados e depois de várias leituras realizadas referentes a esta construção, partiremos para a questão das fontes. Far-se-á uso de inventários e testamentos, os quais forem possíveis encontrar e realizar a pesquisa da família Silveira e outros que se mostrarem interessantes, a fim de procurar entender a origem das terras doadas e destinadas ao povoado, se estas são frutos de doações aos antigos donos e passadas por herança, ou ainda, por ocasião de compra que chegaram à posse de Antonio José da Silveira.

De acordo com Linhares (1997), a história do cotidiano das pessoas, que, por muito tempo, ficou de lado no interesse dos estudiosos desta ciência, teve, na agricultura, seu elo de ligação entre homens e mulheres, sendo a “principal fonte de vida (alimentação, mesmo que precária em determinados momentos) e de trabalho” (p.166). Nota-se um interesse maior por parte deste ramo da história (agricultura, agrária) ao longo do século XX, para desenvolver novas abordagens no plano histórico local e regional, focados no estudo das estruturas e das paisagens agrárias e também no funcionamento destas (organização do espaço rural). Conforme Linhares (1997), este universo combina a terra com condições “sociais específicas”. E uma análise de nível histórico deve considerar “o sistema socioeconômico em questão, as condições de acesso a terra, as normas jurídicas que regem a propriedade, o meio geográfico e as condições de uso da terra” (p.170).

Para Michel Auge-Laribé (apud LINHARES, 1997), a agricultura, com todos seus procedimentos, mostra que a vida no campo é o

que de fato se diferencia da vida urbana e industrial. Este campo de estudo reúne três diferentes tipos de abordagens: a primeira recai sobre as forças produtivas, entre elas meio ambiente, superfície cultivada, tecnologia agrícola, população, o que nos levou neste trabalho, a abordar terra, gado e outros bens em geral dos inventários analisados. A segunda tornou-se uma etapa da história social da agricultura (formas de apropriação e uso do solo, estatuto jurídico e social dos trabalhadores rurais) pois, de um certo modo, este ponto apresenta uma ligação com o que pretendemos abordar em nosso trabalho. A terceira e última uma história econômica do mundo rural, ou seja, um estudo acerca da produção e comercialização do setor agrícola, mas este aspecto não será explorado neste trabalho.

Em resumo, o que se pode perceber é que a história agrária não deve ser entendida apenas como um estudo relacionado à terra, mas sim de todo o meio que envolve este setor, a população, seu modo de produção, a produtividade, os trabalhadores, nas palavras da autora “... uma história econômica e social do mundo rural” (LINHARES, 1997, p.168).

### **A FAMÍLIA SILVEIRA: UMA APROXIMAÇÃO DO PERFIL SÓCIO-ECONOMICO DE TUPANCIRETÃ NO FINAL DO SÉCULO XIX**

A documentação, que se considerou para esta amostra, levou em conta o período abordado e ainda algum elo com a família Silveira, buscando entender sua relação com a formação da sociedade do povoado de Tupanciretã. Assim, foram utilizados testamentos e inventários post-mortem, encontrados no Arquivo Público do Estado do Rio Grande do Sul (APERS), documentação do poder judiciário, referentes aos municípios de Júlio de Castilhos e de Cruz Alta-RS.

Temos consciência de que mesmo com a utilização desta documentação não teremos como abordar a sociedade do povoado de Tupanciretã como um todo, mas sim de uma pequena parcela. Para este fim tomamos a família Silveira em função do início do povoado de Tupanciretã e que, a partir das mãos de Antonio José da Silveira nos fornece uma noção do grupo social que atuou diretamente na construção do povoado, no final do século XIX.

A documentação consiste em inventários e testamentos de Antonio José da Silveira e de seus parentes mais próximos. Bem como de outras pessoas com o sobrenome Silveira, algumas das quais não se encontrou o parentesco com o então Major. Estes inventários possuem datas variadas, desde 1848, data do mais antigo inventário que nos utilizamos, até 1912, ano do inventário mais recente. Através do estudo

destes foi possível ter condições de apontar que se tratam de médios proprietários, haja vista a quantidade de bens que se verificou, além das várias propriedades.

A tabela 1, a seguir, nos mostra dados sobre os bens relacionados aos sete inventários post-mortem analisados:

Tabela 1 – Bens relacionados a sete inventários post-mortem em Tupanciretã-RS.

<b>Tipos de bens</b>	<b>Percentual de inventários</b>
Terras	85%
Gado (cavalos, mulas, ovelhas...)	85%
Escravos*	15%
Artigos agrícolas (carroças, carretas...)	42%
Dívidas ou dinheiro	15%
Móveis	28%
Outros (objetos de prata, carros,...)	42%

\* Trata-se apenas de um inventário com data anterior à abolição da escravatura.

Como podemos ver, escravos encontram-se apenas em um inventário, que data de 1873, portanto, anterior à abolição da escravidão, este inventário post-mortem era da mãe de Antonio José da Silveira, Anna Maria de Jesus<sup>6</sup>.

Notou-se também que os bens de maior relevância são a terra e o gado. O que à primeira vista parece natural em se tratando de um meio predominantemente rural. Uma vez que apenas em um inventário *post-mortem*, não há, em sua listagem de bens o item terras, o de Amélia Silveira<sup>7</sup>, filha de Antonio José da Silveira. O inventário post-mortem em que não se encontra referência quanto à existência de gado pertencente a Agostinho Soares da Silva<sup>8</sup>, o qual é citado, no início de nosso trabalho, como sendo uma possível explicação à relação de parentesco entre as famílias, para a vinda de Albino José da Silveira e Anna Maria de Jesus, pais de Antonio José da Silveira, à região que seria hoje o município de Júlio de Castilhos. Na tabela 2 têm-se a frequência com que

<sup>6</sup> APERS: Inventários post-mortem ano: 1873. E 132, M 4, N° 103.

<sup>7</sup> APERS: Inventários post-mortem ano: 1912. E 61, M 35, N° 1175.

<sup>8</sup> APERS: Inventários post-mortem ano: 1848. E 61, M 2, N° 32.

os itens terra e gado constam nos inventários pesquisados:

Tabela 2 – Frequência com que os itens terra e gado constam nos inventários analisados.

<b>Bens</b>	<b>Percentual de inventários</b>
Terra	85%
Gado	85%

Observa-se que na maior parte dos inventários, há referência a terras de campo, o que aponta para áreas próprias para criação. O número de cabeças de gado é mais um elemento a evidenciar uma tendência à atividade pecuária entre os familiares de Antonio José da Silveira. Na tabela 3 têm-se a relação de terras e gado que constavam nos inventários selecionados:

Tabela 3 – Relação de terras e gado constante dos 7 inventários

<b>Inventário</b>	<b>Terra</b>	<b>Gado</b>
Constança Silveira (1906)	18 quadras de sesmaria	138
Anna Maria de Jesus (1873)	Uma parte de campo	40
Agostinho Soares da Silva (1848)	Um rincão de campo	-
Amélia Silveira (1912)	-	39
Antonio Joaquim da Silveira (1898)	18 quadras de sesmaria; 2 invernadinhas; 1 posse de terra de agricultura; 3 quinhões de campo e mato; 3 quinhões de campo.	1422
Aurora Joaquina da Silveira (1894)	2 parte de campo; Uma posse de terra.	1303
Albino José da Silveira (1897)	Uma parte de campo; Um campo.	160

Constatamos ainda, que apenas um inventário faz referência a terras utilizadas para agricultura. Nos demais, a referência a terras de campo pode evidenciar uma tendência à criação de gado, sobretudo, se considerarmos o número de cabeças de gado encontradas. Também há o caso do inventário de Antonio Joaquim da Silveira<sup>9</sup>, em que sua inventariante, Cypriana Joaquina da Silveira, declara que o inventariado possuía terras obtidas por compra, outras por posse e, ainda algumas por herança. O que ilustra as diversas formas de acesso a terra.

Alguns destes bens descritos na documentação em questão, os inventários anteriormente mencionados, foram garantidos a seus respectivos donos por ocasião de herança, outros por compra, mas a grande maioria não declara a origem de seus patrimônios. O que dificultou muito o esclarecimento a respeito da formação daquele grupo social. Pelas citações abaixo, podemos nos certificar, respectivamente, de tais afirmações:

Uma parte de campo que constitui a fazenda denominada de “Santa-Anna”, sita no terceiro distrito deste terreno havida por herança no inventário (...) deixado por falecimento do Major José Joaquim da Silveira, no valor de um conto de reis<sup>10</sup>.

O município no qual se localizava tal fazenda era Júlio de Castilhos. E ainda...

Três quinhões no campo que pertenceu ao finado Emilio José da Costa, sito terceiro distrito deste terreno, por compra feita pelo inventariado a herdeiros do mesmo Emílio, todos no valor de quatrocentos e oitenta mil reis<sup>11</sup>.

As terras citadas no inventário também se localizavam em Júlio de Castilhos. Um exemplo da omissão da origem dos bens se comprova por esta documentação: “Um rincão de campo [...] de gado manço com seis quadras de sesmarias mais ou menos, situada no segundo distrito deste município”.<sup>12</sup> O município ao qual se refere que estão localizadas as terras é Cruz Alta. O próprio Major Antonio José da Silveira em seu testamento não de-

<sup>9</sup> APERS: Inventários post-mortem: Antonio Joaquim da Silveira ano: 1898. E 132, M 16, N° 418.

<sup>10</sup> APERS: Inventários post-mortem: Antonio Joaquim da Silveira ano: 1898. E 132, M 16, N° 418.

<sup>11</sup> APERS: Inventários post-mortem: Antonio Joaquim da Silveira ano: 1898. E 132, M 16, N° 418.

<sup>12</sup> APERS: Inventários post-mortem: Constança da Silveira ano: 1906. E 61, M 31, N° 1177.



screve seus bens nem sua suposta origem, apenas relata deixar para sua esposa Dona Constança da Silveira “(...) a terça parte de meus bens, como sinal de gratidão e amor conjugal”.<sup>13</sup> Nem sequer menciona o que deixaria para seus filhos, tanto do primeiro quanto do segundo matrimônio.

As demais extensões de terras que encontramos nos inventários post-mortem possuem sua quantidade de terra devidamente registrada, variando entre 2 a 18 quadras de sesmarias, e ainda as várias colocações referindo-se à parte de campo, quintões de terras, invernadinhas, e também uma parte de campo para agricultura, o que pode significar pouca prática da atividade agrícola. A partir do entendimento destes dados quanto à quantidade de terras, pode se concluir que se tratava de médias propriedades, e que se compararmos com outras quantidades já mencionados no corpo do texto, não chega a grandes extensões territoriais.

Quanto à questão da criação de gado, podemos ver que a maioria dos inventários analisados possui pequenas quantidades de bovinos e outros tipos de criação como cavalos e muares, exceto o caso anteriormente argumentado onde apenas um inventário não possui registro de animais. Isto também contribui para uma classificação destas propriedades como médias.

Ainda, no quadro 1, constata-se a presença de valores monetários guardados na Caixa Filial do Banco do Comércio de Porto Alegre, em Santa Maria e também no Banco Alemão em Porto Alegre, que foi, a quantia depositada em nome de Amélia Silveira<sup>14</sup>, a qual depois de feito seu inventário teve seus bens leiloados para saldar suas dívidas, conforme consta no seu inventário.

Podemos observar pelos inventários selecionados, que a família Silveira não se ocupava muito da questão agrícola, exceto devidamente para consumo interno das famílias. A documentação a qual se utilizou para esta constatação, os inventários post-mortem, não trazem qualquer informação sobre arados, enxadas e outros utensílios de uso específico da atividade agrícola. O que pode significar, como já mencionado anteriormente, a pouca prática ou pouca importância dada agricultura.

<sup>13</sup> APERS: Testamento. Ano 1899. E 144, M 4, N° 164.

<sup>14</sup> APERS: Inventário post-mortem. ano: 1912. E 61, M 35, N° 1175.

Os demais bens registrados, nos inventários *post-mortem*, são relativos à mobília, como cadeiras, mesas, camas, cômodas, espelhos, bancos, armário, lavatórios de madeira. Alguns de uso doméstico, como bombas de chimarrão de prata, bandejas de prata, panelas, fogareiro de ferro, em sua maioria em “mau estado”.

Uma outra questão pertinente ao estudo desta documentação seria ainda o questionamento sobre o Major Antonio José da Silveira, uma das poucas referências republicanas do espaço temporal abordado, 1890 a 1900, ser uma espécie de coronel ou não? Conforme Félix (1996) “O estancieiro era o chefe no seu grupo social e o coronel que dominava a política do distrito e do município” (p.41). Por este argumento fica um tanto dividida a resposta para a pergunta feita anteriormente, uma vez que podemos considerar Antonio José da Silveira como figura predominante na sociedade do povoado de Tupanciretã, pois todas as iniciativas de instalação de instituições no povoado são tomadas pelas suas mãos. Já na questão política, fica um pouco mais complicado enquadrá-lo no conceito. Temos relatos de sua influência militar mas não política, mesmo não tendo encontrado outro motivo para a doação das terras que não o de abrigar os sobreviventes da revolução de 1893, podemos pensar que este fato poderia ser um meio de aliciar partidários à república ou, se de fato, atesta-se a generosidade do casal Silveira.

O fato é que todo este patrimônio enquanto bens que foram pesquisados, sua carreira militar e política influenciaram, impulsionaram e realizaram a fundação do povoado de Tupanciretã a partir de uma propriedade particular sem qualquer ônus, que esteja documentado, à população beneficiada com os lotes.

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Ao término desta discussão sobre o tema em questão, a formação do povoado de Tupanciretã, percebeu-se o universo que envolvia esta região no determinado período, 1890 a 1900, seus aspectos sociais, políticos e econômicos, dentro de um quadro maior que era o Estado do Rio Grande do Sul. O questionamento inicial sobre as reais motivações da doação das terras por Antônio

José da Silveira ao longo do trabalho tornou-se uma possibilidade de pesquisas futuras. Porém, a análise das fontes forneceu-nos elementos para entender a origem social daqueles representados em nossa amostra. Neste caso, os Silveira.

Podemos observar que, além da influência da família Silveira na formação do Povoado, contou-se também com a chegada da ferrovia na localidade. O que, como vimos, chegou antes mesmo que existisse uma ligação entre os demais entroncamentos do Estado, o que possibilitou o desenvolvimento da região.

Foi possível, em parte, apresentar elementos que nos fazem perceber quem era a família Silveira, que papel exerceu na formação daquela sociedade. Também que condições no âmbito da sociedade e da economia do Rio Grande do Sul atuaram para que exercesse tal influência.

A partir da documentação a qual nos detivemos, podemos detectar diferentes formas de apropriação da terra entre a família Silveira e ainda que os Silveira da futura Tupanciretã eram médios proprietários de terras com uma tendência maior à criação de gado do que à agricultura, o que os enquadra dentro da atividade econômica de maior destaque no Rio grande do Sul da época pesquisada.

Outro fator que permite entender a atuação desta família no local é o fato de Antônio José da Silveira ter sido apontado por memorialistas como o único republicano em um período crucial para a propagação das idéias republicanas e consolidação do apoio ao projeto do PRR no interior do Rio Grande do Sul. Desta forma, a atitude da doação de terras para a fundação do povoado pode ser entendida como um gesto estratégico. Isto, sem dúvida, poderá suscitar novas investigações sobre o local e sobre a sociedade daquele período.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

CARDOSO, Alice; ZAMIM, Frinéia. **Patrimônio ferroviário no Rio Grande do Sul**: inventários das estações 1874-1959. Porto Alegre: Pallotti, 2002.

COSTA, Firmino. **Terra de Vila Rica**: contribuição ao estudo do município de Júlio de Castilhos. Júlio de Castilhos: Prefeitura de Júlio

206 *Disciplinarum Scientia*. Série: Ciências Humanas, Santa Maria, v. 6 , n. 1, p. 187-207, 2005.  
de Castilhos-RS, 1991.

FARINATTI, Luís Augusto E. **Sobre as cinzas da mata virgem: os lavradores nacionais na província do Rio Grande do Sul** (Santa Maria, 1845-1880). Dissertação (de Mestrado).Porto Alegre: PUC, 1999.

FÉLIX, Loiva Otero. **Coronelismo, borgismo e cooptação política**. 2. ed. Porto Alegre: Ed. da Universidade/UFRGS, 1996.

KÜHN, Fábio. **Breve história do Rio Grande do Sul**. Porto Alegre: Leitura XXI, 2002.

LINHARES, Maria Yeda. História agrária. IN: CARDOSO, Ciro Flamarion; VAINFAS, Ronaldo. **Domínios da história: ensaios de teoria e metodologia**. 4. ed. Rio de Janeiro: Campus, 1997.

ORNELLAS, Manoelito de. **Tupan-ci-retan**. São Paulo: São Paulo Ltda., 1934.

PICCOLO, Helga Iracema Landgraf. **Vida política no século XIX: da descolonização ao movimento republicano**. 3. ed. Porto Alegre: edit. da Universidade/UFRGS, 1998.

SILVA, Lígia Osório. **Terras devolutas e latifúndio: efeitos da lei de 1850**. São Paulo: Ed. da Unicamp, 1996.

SILVEIRA, Gustavo Py Gomes de; NETTO, Heitor Silveira; NETTO, Antônio Augusto Silveira. **O fundador de Tupanciretã: origem, genealogia e história dos Silveira**. Porto Alegre: Livrosul Ltda, 1994.

ZARTH, Paulo Afonso. **Do arcaico ao moderno: o rio grande do sul agrário do século XIX**. Ijuí: Ed. da Unijuí, 2002.

Fontes Primárias:

### **INVENTÁRIOS Post-mortem:**

ARQUIVO Público do Estado do Rio Grande do Sul. Órfãos e ausentes. **Inventário Post-Mortem**. Estante: 61. Maço: 2. Ano:1848. Número: 32.

ARQUIVO Público do Estado do Rio grande do Sul. Órfãos e ausentes. **Inventário Post-Mortem**. Estante: 132. Maço: 4. Ano:1873. Número:103.

ARQUIVO Público do Estado do Rio Grande do Sul. Órfãos e ausentes. **Inventário Post-Mortem**. Estante: 132. Maço: 14. Ano:1894. Número: 345.

ARQUIVO Público do Estado do Rio Grande do Sul. Civil e crime.

**Inventário Post-Mortem**. Estante: 62. Maço: 3. Ano:1897. Número: 110.

ARQUIVO Público do Estado do Rio Grande do Sul. Órfãos e ausentes. **Inventário Post-Mortem**. Estante: 132. Maço: 16. Ano:1898. Número: 418.

ARQUIVO Público do Estado do Rio Grande do Sul. Órfãos e ausentes. **Inventário Post-Mortem**. Estante: 61. Maço: 31. Ano: 1906. Número: 1177.

ARQUIVO Público do Estado do Rio Grande do Sul. Órfãos e ausentes. **Inventário Post-Mortem**. Estante: 61. Maço: 35. Ano: 1912. Número: 1175.

### **TESTAMENTO:**

ARQUIVO Público do Estado do Rio Grande do Sul. **Provedoria. Testamento**. Estante: 144. Maço: 4. Ano: 1899. Número: 164.